

**UMA AVALIAÇÃO DE PROCESSOS E IMPACTOS DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM
FRONTEIRAS NA PERSPECTIVA DE BENEFICIÁRIOS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE
ENSINO SUPERIOR DE MONTES CLAROS – MG**

ANDRÉ LUIZ MENDES ATHAYDE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
andreluizathayde@outlook.com

UMA AVALIAÇÃO DE PROCESSOS E IMPACTOS DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS NA PERSPECTIVA DE BENEFICIÁRIOS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DE MONTES CLAROS – MG

INTRODUÇÃO

As universidades desempenham papel central na sociedade do conhecimento, constituindo a base da formação de quadros para a consolidação dos países e desenvolvimento da pesquisa que sustenta a sociedade (SHIN e TEICHLER, 2014 *apud* FINARDI, 2016). Mesmo que o cenário universitário seja heterogêneo, com Instituições de Ensino Superior (IES) de tamanhos e vocações diferentes, um interesse comum se destaca: a internacionalização da educação superior, manifestada nos dias de hoje através de eventos como, por exemplo, o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) entre outras ações.

Ciência sem Fronteiras (CsF) é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC. Lançado em 2011, o projeto previu a utilização de 101 mil bolsas até o final de 2015 para promover intercâmbio, de forma que alunos de graduação e pós-graduação fizessem estágio no exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação.

Até agosto de 2015, 92.880 bolsas já haviam sido implementadas nos níveis de graduação (93%) e pós-graduação (6%), tendo como principais destinos Instituições de Ensino Superior (IES) dos Estados Unidos, Reino Unido, França, Canadá, Alemanha, Austrália, Espanha, Itália e Portugal, representando um investimento de recursos governamentais de cerca de 6,4 bilhões de reais. Entretanto, em setembro de 2015, diante da falta de recursos, o governo federal decidiu congelar a oferta de novas bolsas do Programa CsF. Segundo a equipe econômica do governo federal à época, o orçamento para o próximo ano seria suficiente apenas para a manutenção de estudantes que já estavam no exterior.

O Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), com a oferta de bolsas de mobilidade no exterior para estudantes e docentes, potencialmente contribuiu para a internacionalização de parte das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil. A visibilidade internacional obtida, espera-se, poderá ser aproveitada para se construir parcerias que contribuam para o processo de internacionalização de cada instituição, levando em conta seus objetivos e vocações. É importante reconhecer que tanto as grandes IES brasileiras, em que a pesquisa atua como motor de desenvolvimento e nas quais o processo de internacionalização já está mais desenvolvido, como as IES menores e mais voltadas para a formação de pessoas, podem e devem se beneficiar das oportunidades trazidas pela internacionalização (FREIRE JÚNIOR, 2015).

PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVO

A experiência recente de internacionalização do ensino superior no Brasil através do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), apesar de apresentar benefícios já concretizados e potenciais, também aponta deficiências que precisam ser solucionadas, relacionadas à língua estrangeira e a questões infraestruturais. Em 2011, quando o Governo Federal lançou o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), com o objetivo de enviar 101.000 estudantes ao

exterior, a falta de estrutura adequada para tratar da mobilidade de estudantes – uma das principais atividades do processo de internacionalização das IES – expôs uma grande lacuna ainda existente no país. Poucas instituições contavam com uma seção ou divisão internacional estabelecida, com dotação orçamentária e recursos humanos bem capacitados para desenvolver suas atividades. Muitas instituições tiveram que rapidamente se adequar e criar um setor de relações internacionais, tanto para operar as atividades associadas ao programa CsF, como para acolher as inúmeras delegações de IES estrangeiras que passaram a vir cada vez mais ao Brasil, em busca de parcerias e de alunos. Deste modo, pode-se dizer que este programa, ao mesmo tempo em que foi um grande catalisador, também ressaltou o problema da falta de estrutura e, sobretudo, a enorme importância do tema da internacionalização da educação superior no atual cenário internacional (FREIRE JÚNIOR, 2015).

Nas últimas décadas, devido à modernização da Administração Pública, a avaliação de políticas públicas e programas governamentais ganhou grande relevância (CUNHA, 2006). Crumpton e colaboradores (2016), analisando a pesquisa em avaliação no Brasil e Estados Unidos nos últimos dez anos, chegaram à conclusão de que o Brasil evoluiu durante o período investigado e está em vias de consolidação como um campo de estudo e prática. Dentre os variados métodos de avaliação de políticas públicas existentes, as entrevistas, observações sistemáticas, pesquisa documental e questionários são os principais instrumentos utilizados de forma frequentemente combinada (PIRES, LOPES e SILVA, 2010).

Tomando-se o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) como uma referência no Brasil quanto ao tema internacionalização do ensino superior, esta pesquisa avaliou, de acordo com o ponto de vista de indivíduos externos à organização do programa (no caso, os beneficiários), os processos pós-seleção do programa, bem como impactos gerados por ele em beneficiários do programa, alunos de instituições de ensino superior localizadas em Montes Claros – MG.

Com cerca de 400.000 habitantes, a cidade de Montes Claros – MG nos últimos anos se transformou em um importante polo universitário, atraindo estudantes de várias partes do país. 13 instituições de ensino superior particulares, e os *campi* da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) e da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) oferecem 50 cursos de graduação, além de cursos de mestrado e doutorado, onde estudam 30 mil universitários¹.

Nesse contexto, a pesquisa teve por objetivo geral avaliar os processos pós-seleção e os impactos do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) na perspectiva dos agraciados com a bolsa, provenientes delimitadamente das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) da cidade de Montes Claros – MG, a saber: a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG). Os objetivos específicos foram descrever a experiência dos agraciados pela bolsa do Programa, identificar pontos positivos e negativos do mesmo no âmbito de sua implementação, identificar os impactos no âmbito dos bolsistas e propor sugestões de melhoria para o Programa levando-se em conta a avaliação realizada.

A importância da realização desta pesquisa esteve atrelada aos benefícios advindos da avaliação de políticas públicas e programas governamentais, que constitui um instrumento que aperfeiçoa o processo de tomada de decisão e a alocação apropriada de recursos (ALAHARJA e HELGASON, 2000). Adicionalmente, permite a tomada de decisão com maior informação, gerando maior eficiência dos gastos públicos através da identificação de pontos positivos e negativos que nortearão a continuidade ou não continuidade da política ou programa avaliado (CUNHA, 2006). A avaliação de políticas e programas públicos gera efetividade (identificação dos impactos esperados e não esperados através da implementação dos programas) e permite entender o porquê alguns resultados foram obtidos e outros não, gerando aprendizagem organizacional das instituições públicas sobre suas atividades e transparência na gestão de gastos públicos (SILVA, 1999).

Além disso, é importante ressaltar que são muito poucos os estudos que avaliaram até então especificamente o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), número baixo justificado essencialmente por ser um programa recente. Cabe também salientar que o momento foi propício para que o referido programa fosse avaliado, principalmente pela proximidade da data prevista para distribuição das bolsas (final de 2015) bem como pela respectiva conjuntura econômica que leva o governo federal a estudar muito bem a decisão entre retomar a oferta de bolsas do programa ou encerrá-lo definitivamente por dificuldades de sustentabilidade financeira.

Caso o governo opte pela continuidade do programa, os resultados desta pesquisa, apesar de não poderem ser generalizados a todas as bolsas distribuídas até então no Brasil, poderão sugerir pontos positivos do programa bem como pontos a melhorar, subsidiando futuras adequações ou a criação de novos programas de mobilidade acadêmica.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A avaliação não apenas mensura quantitativamente os resultados de ações governamentais, mas também apresenta aspectos qualitativos, já que julga o valor das intervenções do governo através de avaliadores internos ou externos. O crescente interesse dos governos no que diz respeito à avaliação de suas ações está ligado a questões de efetividade, eficiência e desempenho da gestão pública. A avaliação de políticas e programas governamentais é um instrumento importante para os formuladores e implementadores de políticas e programas públicos, já que permite a tomada de decisão com maior informação, gerando maior eficiência dos gastos públicos e identificando pontos positivos e negativos (CUNHA, 2006).

Existem diferentes motivações para se realizar a avaliação de políticas e programas governamentais. A primeira possível motivação se refere à informação e, nesse caso, as principais perguntas levantadas são: como as políticas e programas públicos funcionam? Quais efeitos eles geram? Como é possível melhorá-los? Outra possível motivação visa à alocação orçamentária mais racional e, assim, as principais perguntas a ser respondidas são: quais programas devem ser cortados tendo em vista seus resultados negativos? Quais as consequências de se privatizar determinadas ações públicas? Como fazer com que os programas atinjam mais resultados com o mesmo montante? (DERLIEN, 2001). Nesse sentido, Ala-Harja e Helgason (2000) abordam que a avaliação de programas constitui-se em um instrumento que permite a otimização do processo de tomada de decisões e a alocação adequada de recursos.

A avaliação é um exame sistemático e objetivo de um projeto ou programa, que já foi finalizado ou em execução, envolvendo questões como desempenho, implementação e resultados, através dos quais será possível determinar a sua eficiência, efetividade (impacto) e sustentabilidade. Sendo assim, o objetivo maior da avaliação é direcionar os tomadores de decisão no que diz respeito à continuidade de certo programa ou à sua interrupção (COSTA e CASTANHAR, 2003).

Para o *Government Accountability Office* (GAO), agência que trabalha para o Congresso dos Estados Unidos, a avaliação de programas é um estudo sistemático, realizado continuamente ou para um fim específico, objetivando analisar como um programa está funcionando quanto ao alcance de seus respectivos objetivos.

De acordo com o *Glossary of Key Terms in Evaluation and Results Based Management* da OECD (*Organisation for Economic Co-operation and Development*), a avaliação precisa fornecer informações com crédito e utilidade, isto é, permitir o aprendizado no processo de tomada de decisões. Nesse sentido, a avaliação determina o valor ou significância de uma ação (política ou programa governamental).

Existem formas diversas de se classificar a avaliação de políticas ou programas públicos. Ela pode ser classificada, conforme Cotta (2001), levando-se em consideração o tempo em que é realizada (antes, durante ou depois que a política ou programa público é implementado), a posição do avaliador quanto ao objeto foco da avaliação (interna, externa, mista ou participante) e do ponto de vista do objeto avaliado (metas, processos e impactos).

Concernente ao tempo em que a avaliação é realizada, tem-se a avaliação feita antes (*ex ante*) da implementação da política e programa e refere-se à análise de custo-benefício do programa, isto é, o seu retorno econômico sobre investimentos (LOBO, 1998). Esse tipo de avaliação procura medir a viabilidade do programa a ser implementado e é geralmente utilizado por órgãos financiadores de projetos (LUBAMBO e ARAÚJO, 2003). Entretanto, não se pode restringir essa avaliação à análise da viabilidade econômico-financeira, pois também envolve a viabilidade política e institucional assim como as expectativas geradas pelos beneficiários do programa público.

A avaliação também pode ser intermediária, conhecida como formativa, ou seja, aquela realizada durante a implementação de um programa e objetiva auxiliar na otimização da gestão e consequente desenvolvimento do programa. Essa tipologia, portanto, foca na gestão e no funcionamento do programa (ALA-HARJA e HELGASON, 2000) e objetiva analisar as etapas e mecanismos do programa, articulando meios e fins, isto é, verificando a compatibilidade ou incompatibilidade entre eles. Portanto, é uma tipologia que dá atenção especial aos processos e mecanismos de execução do programa, constituindo-se basicamente em um instrumento que diagnostica suas possíveis falhas, visando ao aperfeiçoamento (SILVA, 1999).

A avaliação também pode ser feita posteriormente à implementação do programa e, nesse caso, é conhecida como *ex post* ou somativa. Lobo (1998) e Ala-Harja e Helgason (2000) dizem que esse tipo de avaliação lida com os impactos e eficácia do programa, isto é, com o seu julgamento geral. Para Silva (1999), essa avaliação foca nos resultados do programa, isto é, em que medida eles foram atingidos, além da distinção entre resultados esperados e não-esperados. É a tipologia de avaliação que verifica se os resultados obtidos junto à população-alvo (beneficiários) estão de acordo ao que foi proposto.

Além das três tipologias já abordadas, ainda pode ser adicionado o Monitoramento que, de forma resumida, é o processo sistemático e contínuo que, produzindo informações sintéticas e em tempo eficaz, permite rápida avaliação situacional e a intervenção oportuna que corrige ou confirma as ações monitoradas (GARCIA, 2001). É salutar mencionar que não se pode monitorar o que não pode ser medido, ou seja, os indicadores são instrumentos de fundamental importância para a exequibilidade do monitoramento.

No que tange a posição do avaliador frente o objeto avaliado, para Cohen e Franco (2004) e Cotta (1998), a avaliação pode ser classificada como Avaliação Externa (executada por indivíduos de fora da organização responsável pelo programa), Avaliação Interna (origina-se do interior da organização responsável pelo programa), Avaliação Mista (entrecruza as tipologias externa e interna) e a Avaliação Participativa (realizada por beneficiários do programa que participam de variadas fases: planejamento, execução e avaliação).

Quanto ao ponto de vista do objeto avaliado, Garcia (2001), Carvalho (2003) e Costa e Castanhar (2003) apresentam três modalidades de avaliação de políticas públicas: avaliação de metas (mensura *ex post* o grau de êxito que o programa alcança, ou seja, analisam-se os resultados mais imediatos que decorrem do programa como, por exemplo, número de pessoas assistidas); avaliação de processos (detecta defeitos na elaboração de procedimentos, acompanha e avalia os procedimentos de implantação do programa bem como identifica os obstáculos para tal, o que gera informações para sua reprogramação, sendo realizada durante o desenvolvimento do programa); e avaliação de impacto (foca nos efeitos gerados sobre

aqueles que se beneficiam do programa). Nesse último caso, é interessante observar que não basta apenas detectar a ocorrência de uma mudança, mas também estabelecer a relação causa-efeito entre as ações do programa e essa mudança gerada.

Dentre os métodos quantitativos de avaliação de políticas públicas existentes, cita-se como exemplo o método conhecido como “Diferença em Diferenças”, indicado para avaliações em que estejam disponíveis experimentos naturais e requer observações em diferentes momentos do tempo. Os experimentos naturais existem quando um evento externo, geralmente uma alteração de política do governo, modifica o ambiente no qual indivíduos, famílias, firmas ou cidades operam. Nesse caso, tem-se um grupo controle que não foi influenciado com a mudança e um grupo de tratamento que foi influenciado pelo evento (NERI e MEDRADO, 2010).

O experimento natural é um modelo quase-experimental, ou seja, os membros do grupo afetado pela política pública e os do grupo excluído não foram selecionados de forma aleatória. As características de ambos os grupos são parecidas, mas, por estarem separados fisicamente, uns foram beneficiados pelo programa governamental e outros não. Dessa maneira, ficam evidenciados dois grupos: o de controle, cujos componentes não receberam a política pública a ser avaliada, e o intitulado grupo de tratamento, cujos componentes se beneficiaram da política. A medida quantitativa do impacto na variável escolhida se baseia nos dados de ambos os grupos, anterior e posteriormente à execução da política pública (MENEQUIN e FREITAS, 2013).

Dentre os métodos qualitativos, as entrevistas objetivam obter opiniões declaradas, percepções individuais e relatos de experiências pessoais a respeito da política pública ou programa governamental em questão (PIRES, LOPES e SILVA, 2010). Tem-se como segundo exemplo de instrumento de coleta de dados, empregado em avaliações qualitativas, as chamadas observações sistemáticas a respeito das ações, comportamentos e características de funcionamento do objeto avaliado.

A pesquisa documental também pode ser um método qualitativo de coleta de dados aplicado na avaliação de programas governamentais, através de arquivos ou de fontes secundárias. É um processo descrito como engenharia reversa, pois envolve a “escavação” e “mapeamento” de fatos do passado e elos que explicam fenômenos do presente.

Por fim, tem-se como exemplo de método qualitativo para avaliação de políticas e programas públicos a aplicação de questionários. O questionário é um dos instrumentos mais comuns para coleta de dados. É um método de custo razoável, apresenta as mesmas questões para todas as pessoas, garante o anonimato e pode conter questões para atender finalidades específicas da pesquisa. Se aplicado de forma criteriosa, esse método apresenta elevada confiabilidade. Os questionários podem ser utilizados para medir opiniões, atitudes, comportamentos entre outras questões, podendo incluir questões fechadas, abertas, de múltipla escolha, com resposta numérica ou do tipo sim ou não (BARBOSA, 2008).

A literatura de avaliação de políticas públicas também faz distinção em termos de sua efetividade, eficácia e eficiência (ARRETCHE, 2009).

A avaliação da efetividade de uma política ou programa público diz respeito ao exame da relação entre a implementação do programa e os impactos dela resultantes. A avaliação da efetividade de uma política pública está intimamente ligada ao sucesso ou fracasso desta quanto à efetiva mudança nas condições prévias daqueles atingidos pelo programa sob avaliação (FIGUEIREDO e FIGUEIREDO, 1986).

Quando se trata de avaliação de efetividade de uma política ou programa público, o principal obstáculo não é diferenciar produtos de resultados, mas comprovar que os resultados estão causalmente relacionados aos produtos gerados por um determinado programa ou política pública. Essa é a razão pela qual é raro encontrar estudos confiáveis que meçam a efetividade de programas. Isso se deve, portanto, à dificuldade de isolar a análise de

determinada política pública da interferência de quaisquer outras variáveis intervenientes, isto é, à dificuldade de estabelecer uma relação de causalidade (FIGUEIREDO e FIGUEIREDO, 1986).

Já a avaliação da eficácia consiste em realizar um comparativo entre os objetivos explícitos da política ou programa público e os seus resultados como, por exemplo, verificar as metas propostas pelo programa e as metas que realmente foram alcançadas. Esse tipo de avaliação é mais comum por ser mais factível e menos custoso, entretanto, apresenta o desafio de se obter informações confiáveis.

Por sua vez, a avaliação da eficiência trata da relação entre o esforço empregado na implementação de um programa ou política pública e os resultados obtidos. Um dos fatores que justificam a avaliação da eficiência é a escassez de recursos públicos que, conseqüentemente, exige maior racionalização de gastos. Além disso, é importante destacar que a eficiência é um objetivo democrático, já que o governo, ao dispor de recursos públicos e implementar programas e políticas públicas, está usando um dinheiro que não é seu (FIGUEIREDO e FIGUEIREDO, 1986).

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracterizou-se como um Estudo Multicaso, por envolver duas IES: a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG *Campus* Montes Claros e o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG *Campus* Montes Claros. O método multicaso permite maior abrangência dos resultados, ultrapassando os limites de unicidade de dados obtidos em um único objeto de estudo. O estudo multicaso é aquele no qual se analisam informações de diferentes organizações, ao contrário do estudo de caso que analisa apenas uma (YIN, 2005).

A abordagem qualitativa foi escolhida para a este estudo, pois possibilita a identificação, descrição, compreensão e disseminação de processos de aprendizagem, que em alguns casos solucionam até problemas de implementação não previstos pelos formuladores de políticas (PIRES, LOPES e SILVA, 2010). No tocante aos procedimentos técnicos, a pesquisa se qualificou como um Levantamento, pois envolveu a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer, os agraciados com a bolsa do Programa CsF (GIL, 2007).

As referidas IFES foram escolhidas como local de estudo, dentre outras razões, devido ao fato de quase a totalidade de seus cursos de nível superior se enquadrar nas áreas prioritárias contempladas no Programa Ciência sem Fronteiras (CsF).

A população do estudo foi constituída por todos os alunos regularmente matriculados nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) da cidade de Montes Claros - MG que participaram do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) e retornaram à sua respectiva instituição de origem até 13 de abril de 2016 (data de início da coleta de dados). Teve-se como intento incluir no estudo todos os indivíduos que compunham a população ou universo de interesse da pesquisa, não se aplicando, assim, critérios de amostragem e totalizando 20 alunos.

A metodologia de avaliação de política ou programa público, escolhida para esta pesquisa, do ponto de vista do tempo foi de abordagem *ex post* ou somativa, haja vista que, para os respondentes, suas bolsas já foram implementadas e findadas e os mesmos já retornaram às suas IFES de origem. Quanto à posição do avaliador, adotou-se a perspectiva da avaliação externa, uma vez que, apesar de terem participado do programa, os respondentes não fizeram parte da organização e do planejamento do mesmo. Arretche (1998) destaca a importância de uma avaliação de política pública ser realizada por indivíduos independentes, isto é, por aqueles que não são encarregados da execução da referida política. Isso, segundo a

autora, evita o esforço no sentido de minimizar os fracassos da mesma. Indivíduos ou instituições independentes, portanto, têm maiores condições de responder à questão da relação entre políticas, seus processos e resultados.

Quanto ao ponto de vista do objeto, esta pesquisa avaliou processos pós-seleção dos bolsistas e impactos (efetividade) do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) sobre os mesmos.

O instrumento de coleta foi um questionário estruturado misto e ofereceu a oportunidade de descrição aprofundada do contexto do Programa CsF. O referido instrumento de coleta foi aprovado no dia 12 de abril de 2016 pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de Viçosa (UFV) através do Parecer Consubstanciado Nº 53951715.9.0000.5153. Os nomes e contatos dos estudantes que participaram do programa e retornaram à instituição de origem foram obtidos através das Secretarias de Graduação das respectivas IES.

Aplicou-se o questionário de forma assistida, permitindo ao pesquisador esclarecer algumas perguntas aos entrevistados quando necessário, além de ter evitado a possibilidade de o questionário ser respondido por pessoas não adequadas, risco característico da aplicação não assistida.

O método de análise de dados qualitativos escolhido para esta pesquisa foi a Análise de Conteúdo, que se trata de uma análise clássica e prática de materiais textuais, trabalhando com palavras ou expressões significativas encontradas nos textos e que objetiva ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos textos e dados coletados (MEDEIROS e LOPES, 2012). A Análise de Conteúdo aplicada às respostas abertas do questionário seguiu três etapas: 1) a pré-análise, que consistiu em uma leitura flutuante do conteúdo das respostas dos bolsistas; 2) a exploração do material, buscando similaridades entre as respostas e a categorização das mesmas; 3) o tratamento dos resultados, envolvendo a interpretação destes e o entrecruzamento dos dados levantados com os objetivos do Programa CsF.

Os estudantes foram identificados aleatoriamente como “respondentes” a fim de preservar o anonimato. Ademais, não há correspondência entre os respondentes de mesma numeração apresentados nos quadros desta pesquisa.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Obteve-se sucesso no contato com todos os 20 indivíduos da população de interesse da pesquisa, composta por 70% mulheres e 30% homens, percentuais estes que se contrapõem aos dados do sítio eletrônico oficial do Programa, que aponta para a maioria de bolsistas homens (56%). Ademais, destacou-se a Língua Inglesa como língua oficial do país de destino para 12 dos 20 respondentes (60%), sendo que este percentual foi confirmado pelas informações do sítio eletrônico oficial do Programa, que evidenciam os Estados Unidos dentre outros países de Língua Inglesa como principais países de destino dos intercambistas do Programa.

Algumas das universidades de destino dos respondentes foram: University of Arkansas, University of Idaho, University of Michigan, Southern Illinois University, Wayne State University, North Dakota State University, University of Toronto, University of Stirling, University of Surrey, Glasgow University, Universidad Salamanca e Université Stendhal. Dentre elas, apenas uma (University of Michigan) está dentro das 30 melhores universidades do mundo (Pati, 2015).

Avaliação da recepção na IES de destino

Identificou-se que o grau de satisfação dos alunos quanto ao processo de recepção na IES no país de destino é um ponto positivo no Programa CsF, evidenciado pelo somatório de 75% para as respostas “Muito satisfeito” e “Bastante satisfeito”. Objetivando detalhar esse grau de satisfação, os alunos foram solicitados a responderem de forma discursiva o aspecto mais e o menos positivo no acolhimento pela instituição receptora.

Concernente ao aspecto mais positivo, 75% das respostas realçaram pessoal bem informado e preparado para receber os alunos; disponibilidade imediata para atendimento; eventos voltados especificamente para a recepção de intercambistas; paciência e receptividade dos funcionários. Ademais, 20% das respostas evidenciaram a ótima infraestrutura da IES receptora para esse acolhimento.

Relativamente ao aspecto menos positivo, 79% das respostas frisaram falhas de comunicação durante a recepção dos alunos, algumas delas relacionadas à falta de proficiência adequada em língua estrangeira. Expõem-se no Quadro 1, na íntegra, as respostas de alguns estudantes para melhor transmitir a opinião dos mesmos sobre sua respectiva experiência.

Quadro 1 - Respostas individuais quanto ao aspecto menos positivo do acolhimento na IES

RESPONDENTE	DESCRIÇÃO
1	“Apesar do meu nível atual em alemão, a dificuldade linguística era muito forte”.
2	“Não entendimento da língua de imediato”.
3	“Ausência de um funcionário que falasse Português no momento da recepção”.
4	“Domínio razoável do Inglês por parte dos húngaros”.
5	“Falhas na comunicação de eventos da recepção”.

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Aplicando-se a técnica qualitativa de Análise de Conteúdo para as respostas supracitadas, chama à atenção a perspectiva do estudante “3” que sentiu falta de um funcionário da IES receptora que falasse Português no momento do acolhimento. Ora, se o referido estudante teve o seu intercâmbio internacional aprovado pela gestão do Programa CsF, tem-se como pressuposto que o seu domínio da língua estrangeira estivesse em um nível compatível ao menos para o contato inicial durante a recepção, mesmo que um curso de língua estrangeira tivesse sido planejado no país de destino antes do início das atividades acadêmicas. Esse exemplo, portanto, aponta uma falha no processo de seleção de candidatos do Programa CsF e, simultaneamente, uma oportunidade de melhoria.

Principais dificuldades encontradas pelos bolsistas durante a realização do intercâmbio

É importante destacar que, nesta questão, permitiu-se ao respondente assinalar mais de uma resposta. Dentre as principais dificuldades encontradas durante a realização do intercâmbio, ressaltam-se as dificuldades linguísticas e dificuldades de adaptação à metodologia de ensino e pesquisa da IES de destino. Primeiramente, é importante notar que as dificuldades linguísticas, confirmadas por 50% dos respondentes, nessa questão extrapolam o momento específico de acolhimento dos estudantes e ganham destaque como obstáculo para o bom desenvolvimento das atividades durante a realização do intercâmbio como um todo. Segundo, no que diz respeito à dificuldade de adaptação à metodologia de ensino e pesquisa na IES receptora, confirmada por 50% dos respondentes, evidencia-se uma possibilidade de

melhoria para o Programa CsF. Caso venha abrir novos editais, o Programa pode avaliar melhor, anteriormente ao intercâmbio, a compatibilidade de grade curricular entre a IES de origem e a receptora bem como expor aos intercambistas os diferentes métodos de ensino e pesquisa aos quais se submeterão durante o seu intercâmbio. Ademais, sugere-se a realização de treinamento com os estudantes intercambistas antes de iniciarem as atividades acadêmicas, apresentando detalhadamente a metodologia aplicada na IES de destino e formas de avaliação.

Dos respondentes, 30% adicionaram outros obstáculos que variaram entre dificuldade em encontrar moradia, mau relacionamento entre intercambistas e professores da IES receptora, difícil adaptação ao clima e preconceito com estudante mulher latina.

Avaliação do subsídio financeiro

O subsídio financeiro concedido ao estudante foi considerado pelos respondentes um ponto muito positivo no Programa CsF, salientado pelo somatório de 100% para as respostas “Suficiente” e “Bastante suficiente”. É importante destacar que a pontualidade quanto ao depósito dos valores devidos foi também considerada um aspecto positivo no tocante ao subsídio financeiro.

Desempenho de trabalho remunerado pelo bolsista durante o intercâmbio

Verificou-se que quase a totalidade dos respondentes não desempenhou trabalho remunerado durante o intercâmbio (95%), sendo apenas 1 que o fez (5%), trabalhando no restaurante da Universidade de destino e não apresentou dificuldades de conciliá-lo com as atividades acadêmicas do intercâmbio. É importante mencionar que os editais do Programa CsF permitem ao estudante o trabalho em meio período, apenas dentro da IES receptora e somente após o 2º semestre acadêmico.

Realização de Teste de Proficiência em língua estrangeira pelo bolsista antes da partida do Brasil

Identificou-se através desta pesquisa que quase a totalidade dos respondentes realizou teste de proficiência em língua estrangeira antes de ser aprovado no Programa CsF (95%), sendo apenas 1 que não o fez (5%). A chamada da qual este último estudante participou foi um caso de reopção de Portugal, isto é, o referido aluno optou inicialmente por realizar o intercâmbio em Portugal pela sua inabilidade em línguas estrangeiras, entretanto, devido ao elevado número de estudantes interessados nesse destino, superior à capacidade de alocação em universidades portuguesas, uma nova chamada foi aberta para que o aluno escolhesse outro país de destino dentre algumas opções oferecidas pelo Programa. Para esse caso específico, o estudante escolheu os Estados Unidos como país de destino e teve o seu intercâmbio aprovado sem realizar um teste de proficiência em Inglês anteriormente à sua partida. Fica evidente, neste ponto, uma falha no processo de seleção de candidatos no Programa CsF.

Autoavaliação do nível de proficiência em língua estrangeira para atendimento às necessidades no país de destino

O nível de proficiência em língua estrangeira por parte dos intercambistas para atendimento às necessidades no país de destino foi considerado um ponto negativo, evidenciado pelo somatório de 65% das respostas “Insuficiente” e “Bastante insuficiente”. Uma interpretação maior ainda pode ser aceita: percebe-se que, apesar de quase a totalidade

dos intercambistas terem realizado teste de proficiência em língua estrangeira antes de sua aprovação no Programa e de alguns terem realizado curso de idioma por um curto período no país de destino antes do início das atividades acadêmicas, o nível de proficiência ficou aquém do necessário para o bom atendimento das demandas no país de destino, dentro e fora da IES receptora.

Principais dificuldades quanto à língua estrangeira por subárea

É importante destacar que, nesta questão referente às subáreas de proficiência em língua estrangeira, permitiu-se aos respondentes assinalar mais de uma resposta. Estes apontaram que tiveram maior dificuldade com a Escuta/Entendimento (50%), Fala (45%) e Escrita (25%). Salienta-se que a subárea “Leitura” não foi apontada por nenhum respondente como maior dificuldade, fato que pode estar relacionado à prática já consolidada nas duas IES de professores incentivarem os alunos quanto à leitura de artigos em língua estrangeira, principalmente o Inglês.

É interessante observar que as principais dificuldades quanto à língua estrangeira por subárea (oralidade e escrita), apontadas nesta pesquisa, são confirmadas pela iniciativa do governo federal através do Programa Idioma sem Fronteiras (IsF). Este Programa conta com núcleos em universidades federais para ofertar cursos presenciais de Inglês. Os cursos visam enfatizar o desenvolvimento da comunicação *oral e escrita* (grifo meu), o conhecimento de culturas acadêmicas em países onde se usa a Língua Inglesa no ensino superior e a interação aluno-aluno e professor-aluno.

Avaliação das informações repassadas aos estudantes antes e durante o intercâmbio

As informações repassadas aos estudantes antes e durante o intercâmbio é um ponto muito positivo no Programa CsF, salientado pelo somatório de 75% para as respostas “Suficientes” e “Bastante suficientes”. Entrecruzando as respostas, percebe-se que, apesar dos problemas iniciais na comunicação durante o acolhimento devido à falta de proficiência em língua estrangeira por parte dos intercambistas, essa deficiência não impactou negativamente e de forma expressiva a compreensão das informações repassadas aos estudantes durante o intercâmbio.

Manutenção de contato com a IES de destino após retorno ao Brasil

Verificou-se por meio desta pesquisa que os intercambistas do Programa CsF, em sua maioria (85%), não perderam o contato com a IES de destino após o seu retorno ao Brasil, o que pode ser considerado um impacto positivo do Programa. Entretanto, os alunos que responderam que ainda mantêm contato com a IES estrangeira foram questionados quanto à natureza ou motivo desse contato, sendo permitida a marcação de mais de uma alternativa.

Analisando-se alguns dos objetivos do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) e os confrontando com as respostas para esta questão, algumas reflexões se tornam possíveis. Primeiramente, o Programa CsF tem como objetivo aumentar a presença de pesquisadores e estudantes de vários níveis em instituições de excelência no exterior e conclui-se que esse objetivo pode ser considerado alcançado pela simples execução do intercâmbio. Porém, levando-se em consideração outro objetivo do Programa, a sustentabilidade da presença de pesquisadores nas instituições de excelência no exterior, nota-se que a pesquisa acadêmica (15%) e o contato profissional (30%) não são expressivos como motivo da manutenção de contato do estudante do Programa CsF com a IES receptora após o retorno ao Brasil. Por outro lado, ganhou destaque o motivo “amizade” (80%), revelando que a manutenção de

contato com a IES de destino está mais relacionada à dimensão pessoal do que profissional e acadêmica.

Dos 20 respondentes à pesquisa, apenas 3 estudantes assinalaram que não mantêm contato com alunos/professores da IES estrangeira após o retorno ao Brasil e não se pode deixar de mencionar que todos eles tiveram como país de destino a Itália, cada um em uma Universidade distinta. Os referidos estudantes foram questionados a esclarecerem o motivo da ausência de contato, cujas respostas são expostas na íntegra no Quadro 2 para melhor transmitir a opinião dos mesmos sobre sua respectiva experiência:

Quadro 2 - Respostas individuais quanto ao motivo da ausência de contato com a IES estrangeira italiana após o retorno ao Brasil

RESPONDENTES	DESCRIÇÃO
1	“O contato já foi difícil lá, então, torna-se mais difícil manter após o retorno”.
2	“Eles não demonstram interesse em fazer e manter contato”.
3	“Durante o intercâmbio não tive um contato muito próximo com alunos/professores”.

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

As respostas supracitadas apontam para uma falha do Programa CsF no tocante à comunicação entre alunos e professores da Itália especificamente e os intercambistas brasileiros nesse país, o que pode influenciar o impacto do Programa na vida acadêmica e profissional dos estudantes. Essas respostas levantam a seguinte questão: como um programa de mobilidade acadêmica pode cumprir seus objetivos e gerar impactos positivos para os estudantes e para o país como um todo se os principais envolvidos nesse processo (discentes e docentes) não tiveram um contato próximo durante o intercâmbio ou até mesmo não mostraram interesse no contato? Não coube neste estudo investigar detalhada e cientificamente as dificuldades de contato entre os alunos e professores italianos em específico e os intercambistas brasileiros, entretanto, o presente estudo as salienta aqui como oportunidade de investigação em futuros estudos e ponto de melhoria na gestão do Programa.

Avaliação do impacto do Programa CsF na vida pessoal e profissional

O impacto do Programa CsF na vida pessoal e profissional dos respondentes é um ponto positivo de destaque, evidenciado pelo somatório de 100% para as respostas “Impacto positivo” e “Impacto muito positivo”. Os respondentes também foram solicitados a assinalarem alguns aspectos que foram melhorados de forma significativa através do intercâmbio pelo Programa CsF, sendo permitida a marcação de mais de uma alternativa.

Verificou-se que a totalidade dos estudantes considerou que o Programa CsF contribuiu de forma significativa para que pudessem alargar seus conhecimentos culturais. O aprimoramento da língua estrangeira, por sua vez, foi apontado por 95% dos respondentes como um aspecto que foi melhorado de forma significativa através do intercâmbio pelo Programa CsF. Neste ponto, é importante uma reflexão: apesar de grande parte dos respondentes (65%) ter considerado o seu nível de proficiência ou “Insuficiente” ou “Bastante insuficiente” para atendimento das necessidades no exterior, representando uma dificuldade encontrada durante o intercâmbio para 50% dos respondentes, o Programa CsF gerou um impacto muito positivo nos estudantes no que diz respeito ao aprimoramento da língua estrangeira. É salutar que se destaque também que esse impacto positivo fortalece um dos objetivos do Programa CsF, exposto em seu sítio eletrônico oficial, a saber: promover a inserção internacional das instituições brasileiras.

Significado da experiência internacional para o estudante

Os estudantes foram convidados a expor, de forma discursiva, o que a experiência internacional vivida significou para eles. Após aplicação da técnica qualitativa de Análise de Conteúdo, foi possível categorizar as três respostas mais comuns, expostas no Quadro 3:

Quadro 3 - Categorização dos Significados da Experiência Internacional para os estudantes

Categoria	Total de respostas	Identificação dos respondentes
Categoria 1: Reconhecimento do crescimento profissional ou acadêmico.	11 (55%)	1; 3; 5; 6; 7; 8; 9; 10; 13; 15; 19.
Categoria 2: Reconhecimento da melhoria do domínio da língua estrangeira.	8 (40%)	2; 3; 4; 5; 10; 12; 18; 19.
Categoria 3: Expressão de vontade de retornar ao exterior.	3 (15%)	1; 2; 17.

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Apesar de este estudo ter apontado que a pesquisa acadêmica e o contato profissional não foram expressivos como motivo da manutenção de contato dos estudantes do Programa CsF com a IES receptora após o retorno ao Brasil, a Categoria 1 indica que, ao menos durante a realização do intercâmbio, o crescimento profissional e acadêmico foi reconhecido por eles. Ademais, as Categorias 2 e 3 reforçam dois dos objetivos centrais do Programa CsF, a saber: investir na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento e aumentar a presença de pesquisadores e estudantes de vários níveis em instituições de excelência no exterior.

Sugestões de melhoria para o Programa CsF na perspectiva dos estudantes

Ao final do questionário, os estudantes foram convidados a expor, de forma discursiva, as melhorias que poderiam ser implementadas no Programa CsF. Após aplicação da técnica qualitativa de Análise de Conteúdo, foi possível identificar cinco categorias de sugestões de melhoria, expostas no Quadro 4:

Quadro 4 - Categorização das Sugestões de Melhoria no Programa CsF

Categoria	Total de respostas	Identificação dos respondentes
Categoria 1: Necessidade de melhoria no monitoramento do desempenho dos alunos na IES receptora.	7 (35%)	1; 2; 3; 4; 5; 6; 7.
Categoria 2: Necessidade de melhoria na seleção dos candidatos.	4 (20%)	1; 4; 6; 20.
Categoria 3: Necessidade de melhoria quanto ao nível de proficiência em língua estrangeira dos intercambistas.	4 (20%)	1; 6; 7; 11.

<p>Categoria 4: Necessidade de melhoria na interação entre IES de origem, IES receptora, instituições coordenadoras do Programa e Governo.</p>	<p>4 (20%)</p>	<p>4; 8; 19; 20.</p>
<p>Categoria 5: Necessidade de melhoria na adaptação aos métodos/dinâmica da IES estrangeira.</p>	<p>3 (15%)</p>	<p>7; 11; 16.</p>

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

CONCLUSÃO

Os resultados mostraram processos bem sucedidos e impactos positivos do Programa Ciência sem Fronteiras assim como algumas de suas falhas. Balanceados, esses achados apontam para a sugestão de continuidade do Programa CsF, limitando-se a outras causas maiores que porventura não a permitam como, por exemplo, dificuldades de financiamento pelo Governo Federal. Apesar de falhas de processos identificadas no Programa CsF, que servem também como subsídio para a elaboração de intervenções de melhoria por parte da sua gestão e melhor aplicação de recursos, os impactos positivos do mesmo foram significativos na vida pessoal, acadêmica e profissional dos estudantes, atendendo aos seus objetivos centrais.

O presente estudo também levantou sugestões de melhoria para o Programa CsF sob o ponto de vista de quem participou do intercâmbio. Dentre elas, as principais foram as sugestões de melhoria no monitoramento do desempenho dos alunos durante o intercâmbio, na seleção de candidatos e no processo de comunicação entre a IES de origem, IES de destino, instituições gestoras do Programa e Governo.

Mesmo apresentando limitantes típicos de estudos de abordagem qualitativa como o reduzido grau de reprodutibilidade, a presente pesquisa, por outro lado, fomenta a reflexão a nível micro, acerca dos processos e impactos do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) especificamente, e a nível macro, com respeito às políticas de internacionalização do ensino superior no Brasil. Sugere-se a realização futura de avaliação do Programa Ciência sem Fronteiras sob a perspectiva dos docentes das Instituições de Ensino Superior de origem e destino. Encerra-se esta pesquisa, portanto, esperando ter contribuído para que outras discussões possam ser derivadas dessa exposição.

NOTA

1 Disponível em: <http://www.montesclaros.mg.gov.br/cidade/aspectos_gerais.htm>. Acesso em 13.mar.2016

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. **Em Direção às Melhores Práticas de Avaliação**. Brasília: Revista do Serviço Público, 2000. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/35932/em-direcao-as-melhores-praticas-de-avaliacao>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

ARRETCHE, Marta T. S. **Tendências no estudo sobre avaliação.** In: RICO, Elizabeth M. (Org.). **Avaliação de políticas sociais:** uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 2009.

BARBOSA, Eduardo F. **Instrumentos de coleta de dados em pesquisas educacionais.** 2008. Disponível em: <www.serprofessoruniversitario.pro.br>. Acesso em: 06 nov. 2016.

CARVALHO, Sonia N. de. **Avaliação de programas sociais:** balanço das experiências e contribuição para o debate. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392003000300019>>. Acesso em: 06 nov. 2015.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais.** Petrópolis: Vozes, 2004.

COSTA, Frederico L. da; CASTANHAR, José C. **Avaliação de Programas Públicos:** desafios conceituais e metodológicos. Revista de Administração Pública, v. 37, n. 5, p. 969-992, set./out. 2003.

COTTA, Tereza C. **Metodologias de Avaliação de Programas e Projetos Sociais:** análise de resultados e de impacto. Brasília: Revista do Serviço Público, 1998. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/handle/1/1634/1998%20Vol.49%2cn.2%20Cotta.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 06 set. 2016.

COTTA, Tereza C. **Avaliação educacional e políticas públicas:** a experiência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Brasília: Revista do Serviço Público, 2001. Disponível em: <<http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/316/322>>. Acesso em: 06 set. 2016.

CRUMPTON, Charles D. et al. **Evaluation of public policies in Brazil and the United States:** a research analysis in the last ten years. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122016000600981&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 abr. 2017

CUNHA, C.G.S. **Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais:** tendências recentes e experiências no Brasil. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento do Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br>>. Acesso em: 13 set. 2016.

DERLIEN, Hans-Ulrich. **Una Comparación Internacional de la Evaluación de las Políticas Públicas.** Brasília: Revista do Serviço Público, 2001. Disponível em: <<http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/302>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

FIGUEIREDO, Marcus F.; FIGUEIREDO, Argelina Maria C. **Avaliação política e avaliação de políticas:** um quadro de referência teórica. São Paulo: Idesp, 1986.

FINARDI, Kyria Rebeca; SANTOS, Jane M.; GUIMARÃES, Felipe. **A Relação entre Línguas Estrangeiras e o Processo de Internacionalização:** Evidências da Coordenação de Letramento Internacional de uma Universidade Federal. Canoas: Revista Interfaces Brasil/Canadá, 2016. Disponível em: <

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/interfaces/article/view/7514>>. Acesso em: 15 out. 2016.

FREIRE JÚNIOR, José C. **Internacionalização de Instituições de Ensino Superior no Brasil**. Revista Unespiciência, Edição 62, 2015. Disponível em: <<http://www.unespiciencia.com.br/?p=1343>>. Acesso em 23 fev. 2016.

GARCIA, Ronaldo C. **Subsídios para organizar avaliações da ação governamental**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 23, p. 7-70, jan./jun. 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

LUBAMBO, Cátia W.; ARAÚJO, Maria Lia C. de. **Avaliação de programas sociais: virtualidades técnicas e virtualidades democráticas**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003. (Trabalho para Discussão n. 158). Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/images/meca/documentacao/memoria_editorial_fundaj_1999_2008.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2016.

LOBO, Thereza. **Avaliação de processos e impactos em programas sociais: algumas questões para reflexão**. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1998.

MEDEIROS, Fernanda S.; LOPES, Cesar V. M. **Uso de questionários nos trabalhos de conclusão de curso da licenciatura em química: uma discussão metodológica**. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/66475>>. Acesso em: 11 set. 2016.

MENEGUIN, Fernando B.; FREITAS, Igor V. B. de. **Aplicações em avaliação de políticas públicas: metodologia e estudos de caso**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado, 2013. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/243255>>. Acesso em: 11 set. 2016.

NERI, Marcelo C.; MEDRADO, André Luiz. **Experimentando Microcrédito: uma análise de impacto do Crediamigo no acesso a crédito**. Fortaleza: Revista Econômica do Nordeste, 2010. Disponível em: <<http://www.cps.fgv.br/ibrecps/clippings/mc1037.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2016.

OECD. Organisation for Economic Co-operation and Development. **Glossary of Key Terms in Evaluation and Results Based Management**. Disponível em: <<https://www.oecd.org/dac/2754804.pdf>> Acesso em 13 set. 2015.

PATI, Camila. **As 30 melhores universidades do mundo em 2015**. Revista Exame, Editora Abril, Edição de 15 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/carreira/as-30-melhores-universidades-do-mundo-em-2015/>>. Acesso em: 23 out. 2016.

PIRES, Roberto R. C.; LOPEZ, Felix G.; SILVA, Fábio de S. e. **Métodos qualitativos de avaliação e suas contribuições para o aprimoramento de políticas públicas**. In: **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2010. Disponível

em:<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3806/1/Livro_Brasil_em_desenvolvimento_2010_v_3.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.

SILVA, Pedro L. B. (Coord.). **Modelo de Avaliação de Programas Sociais Prioritários**: relatório final. Programa de Apoio à Gestão Social no Brasil. Campinas: NEPP-Unicamp, 1999. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000208&pid=S0034-7612201100060001200032&lng=es>. Acesso em: 16 abr. 2016.

GAO. General Accounting Office. **The results act**: An evaluator's guide to assessing agency annual performance plans. Disponível em: < <http://www.gao.gov/special.pubs/gg10120.pdf>>. Acesso em: Acesso em 13 set. 2015.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.